

ambiente

Seca impõe estado de escassez hídrica inédito, com 5 bacias em pior nível

Áreas dos rios Xingu, Tapajós, Purus, Madeira e Paraguai enfrentaram, em 2024, cenário nunca antes registrado, comprometendo 26% do território do Brasil

André Borges

BRASÍLIA As mudanças climáticas resultaram em um cenário trágico e recorde para os rios brasileiros em 2024. Pela primeira vez na história, em mais de um século de medições de volume, cinco grandes bacias hidrográficas do país tiveram decretado, oficialmente, "estado de escassez hídrica" pela ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico).

Foi o que se viu nas bacias dos rios Madeira, Purus, Tapajós e Xingu, todos afluentes do rio Amazonas, e no rio Paraguai, que banha o pantanal.

Com exceção do rio Madeira, que já tinha sido alvo dessa situação extrema de seca, todos os demais motivaram decretos de escassez pela primeira vez nas medições, iniciadas há mais de cem anos.

As informações obtidas pela Folha, por meio de dados oficiais da ANA, apontam que, sozinhas as áreas das cinco bacias afetadas, chega-se a um território total impactado de 2.264 milhões de km².

Isso significa que, em 2024, ano em que o Rio Grande do Sul foi vítima das piores cheias da sua história, 26% do território nacional também sofreu com as consequências da seca extrema, impactando abastecimento humano, produção agrícola, logística e geração de energia.

A declaração de escassez hídrica não é uma mera formalidade. Esse instrumento utilizado pela ANA, na prática, serve de gatilho para que uma série de políticas públicas emergenciais possam ser tomadas para evitar a pane total no sistema hídrico.

É o ato que alerta sobre a necessidade de medidas preventivas do Corpo de Bombeiros, por exemplo, para evitar queimadas em áreas de seca extrema; para que o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) altere o nível de um reservatório de hidrelétrica; ou para que Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) acelere a dragagem (retirada de sedimentos) de um determinado trecho de rio para garantir a passagem de embarcações.

Verônica Sánchez, diretora-presidente da ANA, afirma que, neste ano, os decretos de escassez balizaram medidas preventivas na bacia do rio Paraguai, na região do pantanal, sinalizando que medidas de combate a incêndios tinham de ser antecipadas, devido à seca severa em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Na Amazônia, onde a situação nunca havia chegado ao extremo atual, alertas também foram enviados para recomendar medidas na região do Madeira e Solimões, onde trechos chegaram a ficar intransitáveis.



Trecho seco do rio Madeira, próximo ao município de Humaitá (AM). Foto: Alexsandro - Ezer/2024/Folha/Repres

5 bacias tiveram decretado estado de escassez hídrica em 2024

Área de cada bacia, em mil



Fonte: ANA (Agência Nacional de Águas)

"Tivemos a pior seca na região Norte em mais de cem anos da série histórica. Com exceção do rio Madeira, foi a primeira vez que fazemos a declaração de escassez nos demais rios. Observamos o comportamento cíclico dos rios e nunca encaramos na da parecida com o ocorreu agora", diz Sánchez.

O governo federal tem adotado uma postura dóbil quando o assunto é o monitoramento da situação hídrica do país. Se, por um lado, reconhece o cenário crítico e procura tomar medidas para reduzir seus impactos, por outro, corta orçamentos que estrangulam a capacidade de fiscalização.

A ANA possui 23 mil estações de monitoramento hidrológico

espalhadas pelos rios do país. Essa rede é o que irriga o "cérebro nacional", para fiscalizar vazões e cheias e apoiar decisões. Acontece que a agência está sem nenhum estoque desses equipamentos, por falta de recursos. Hoje, se alguma estação quebrar, não há como repor.

Em maio, quando o Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, viu cidades inteiras serem engolidas pela lama, até chegar ao Guaíba, em Porto Alegre, todas as 17 estações da região foram destruídas. A ANA tinha oito equipamentos em estoque e os enviou para a região. Os demais foram recuperados até este mês.

Neste momento, porém, não há uma estação sequer disponi-

vel. Cada equipamento custa cerca de R\$ 800 mil.

"Nosso orçamento total neste ano foi de R\$ 217 milhões. O monitoramento fica com praticamente metade disso, São R\$ 108 milhões por ano para manter as 23 mil estações. A questão é que sofremos um corte de R\$ 43 milhões no começo do ano, e isso não foi reposto. Ficamos sem condições, o estoque é zero", diz Sánchez.

A agência teve que cortar ações para manter o pagamento da folha. Na reestruturação administrativa, quem sai não é recomposto. Hoje há um déficit de 101 pessoas no quadro. São 262 profissionais para monitorar todos os rios do Brasil, menos do que a agência tinha em 2001, quando foi criada, com 350 pessoas.

O secretário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima), André Lima, diz acreditar que as mudanças climáticas chegam para ficar e que as secas e enchentes serão cada vez mais frequentes e intensas.

"Não se adapta toda a gestão pública para este novo normal em um ano. Em situação de restrição fiscal, não é possível aumentar significativamente os orçamentos ordinários de todos os órgãos federais sem uma previsão clara e prévia", afirma a Folha.

Em sua avaliação, o cenário climático passou a exigir um novo tipo de tratamento do assunto pelo poder público. "Os sistemas mais assertivos permitem previsões meteorológicas com antecedência máxima de três meses. Será preciso, inclusive, adaptar e dar mais agilidade aos procedimentos e mecanismos, para termos disponibilidade orçamentária extraordinária."

Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, lembra que o Brasil sempre teve condição privilegiada em relação a outros países quando o tema é disponibilidade hídrica, sendo dono de 12% da água doce superficial do planeta, mas que o país não tem feito a atualização desse cenário com os quadros de escassez.

"Crise climática e crise hídrica estão associadas, especialmente em situações que se combinam com a intensificação da degradação ambiental nos territórios. Isso impõe maior atenção para o gerenciamento dos recursos hídricos e aplicação completa e correta da Lei dos Recursos Hídricos", avalia a especialista.

"Não se pode privilegiar descaradamente um setor, como se fez com as grandes captações para irrigação. O olhar tem de ser para os usos múltiplos e, em situações de escassez, o uso prioritário é o consumo humano e a dessedentação de animais."

Para Carlos Bocubuy, presidente do Proam (Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental), a ampliação da crise vai gerar, no futuro, mais disputas entre regiões por recursos hídricos, como ocorreu anos atrás com o sistema Cantareira, entre São Paulo e Campinas.

"Sistemas de reúso e saneamento andam a passos lentos, enquanto a crise climática aumenta continuamente a escassez. A conta não fecha", diz.



Secas longas são o 'novo normal', alerta ONU

As secas estão se tornando o "novo normal" para bilhões de pessoas, mas poucos países estão levando a sério essa ameaça, alertaram pesquisadores em um relatório global divulgado na última semana.

O lançamento do Atlas Mundial das Secas coincidiu com a reunião de governos na Arábia Saudita para o COP30 sobre degradação da terra e desertificação, conferência das Nações Unidas que acontece na capital Riad até o dia 13.

As secas se agravam pela mudança climática, e os períodos secos mais longos e severos contribuem para o esgotamento dos solos férteis, que pouco a pouco se tornam áridos.

As secas são "um dos perigos mais caros e mortais do mundo", destacam os autores, mas são "atraem menos atenção do que eventos repentinos, como enchentes e terremotos".

Até 2050, três em cada quatro pessoas serão afetadas de alguma forma pelas secas, de acordo com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD, na sigla em inglês).